

OS ESTUDOS DE PORTUGUÊS NO BRASIL *

J. MATTOSO CAMARA JR.

Universidade Federal do Rio de Janeiro.

I. INTRODUÇÃO

Apesar das suas dificuldades e do seu mero valor aproximado, a periodização é imprescindível num relatório crítico-expositivo como o presente. Convém, entretanto, fazê-la da maneira mais geral e ampla possível, a fim de fugir de seccionamentos especiosos e arbitrários.

A divisão natural para a história crítica dos estudos lingüísticos no Brasil é em duas épocas: uma, passada, cujo término se pode fixar sem maior inexactidão no fim da quarta década do nosso século; outra, presente, que está se desdobrando diante de nós.

E' claro que, quando falamos em passado aqui, estamos sempre nos referindo a uma época recente. Não se trata de um conceito quantitativo, em número de anos distantes, mas antes qualitativo, em termos de renovação de atitudes mentais, nítida e inconfundível. Os próprios estudiosos não se distribuem rigorosamente todos numa e noutra época. Há figuras que pertencem a ambas e apresentam na sua posição individual a mesma distinção, com uma inegável mudança.

O passado corresponde em seu advento, já na última parte do século XIX, ao que podemos chamar a implantação da ciência da linguagem em Portugal, com a obra pioneira de ADOLFO COELHO e em seguida uma escola filológica, que tem o seu mais expressivo teorista em LEITE DE VASCONCELOS. Foi inquestio-

* Comunicação feita a convite no VI Colóquio Internacional Luso-Brasileiro, realizado em Setembro de 1966 em Cambridge Mass. (Harvard University) e New York (Columbia University) sucessivamente. A Comunicação foi publicada em inglês muito abreviada em — **Portugal and Brasil in Transition**, ed. Raymond Sayers, Minneapolis 1968.

nàvelmente o exemplo europeu que suscitou no Brasil um movimento análogo. A situação anterior, assim superada, não cabe ser considerada aqui, pois se resume numa literatura didática desambiciosamente pobre e sem curiosidade científica, procurando repetir os ditames que a tradição impunha, por mais de um século, no ensino da língua materna.

Em ambos os períodos acima propostos — do passado e do presente — notam-se certos centros comuns de maior interêsse. Tem relêvo o problema de uma norma para a língua literária, entendida como língua geral escrita e estilo formal público da língua oral, em vez de limitadamente língua da literatura, de precípuia finalidade estética ¹⁾. Ao mesmo tempo, vem a debate a teoria gramatical, da mesma sorte que se procede a pesquisas filológicas. Por outro lado, a realidade da língua oral passa a se fazer sentir com intensidade. Daí resulta, como em Portugal, com GONÇALVES VIANA, o desenvolvimento dos estudos fonéticos, e também a atenção para a língua popular e a sua diferenciação geográfica e social.

Parece compensador distribuir o nosso estudo nesses cinco tópicos, para deprender até que ponto mudou em cada um a orientação doutrinária e a técnica de trabalho. Tal exame crítico nos levará, finalmente, a pôr em foco os três pontos cruciais da problemática lingüística no Brasil. Primeiro, a posição da língua literária em face da língua popular. Em seguida, a complexa e palpitante questão da unidade da língua portuguesa de um e de outro lado do Atlântico. Finalmente, na dependência íntima das conclusões daí decorrentes, as linhas diretrizes por que se deve pautar o estudo da língua materna no Brasil.

II. OS ESTUDOS NO PASSADO

1. Norma da língua literária

O problema da norma da língua literária, entendida como definida há pouco, é tripartido para o Brasil.

De um lado, há — como em tôda língua literária — a questão da sua relação com a língua oral cotidiana. Os imperativos de certa fixidez e continuidade no tempo e certo formalismo expressional, impôsto pelas condições lingüísticas e sociais em que ela se manifesta, entram sempre em conflito com a volubilidade, a espontaneidade e a expressão lingüística necessariamente informal e fragmentária com que o intercurso coloquial se realiza.

1) E' muito mais do que a língua da literatura e muito menos do que em inglês se classifica como "the standard language", que abrange a língua coloquial dos falantes de certo nível de instrução, acima dos dialetos horizontais e verticais.

Outro aspecto da língua literária é a sua tendência conservadora, mormente num caso como o português, em que o passado representa um período "clássico", aureolado por uma grandeza política, hoje desaparecida, e prestigiado por uma literatura brilhante.

Finalmente, como um problema específico do português do Brasil, surge o processo de adaptação do instrumento lingüístico de uma sociedade européia, ètnicamente fechada, com a cultura consolidada há muitos séculos, a um nôvo ambiente geográfico e social, ètnicamente aberto, a que aquela cultura teve de se adaptar por sua vez, pouco a pouco, para resistir e continuar.

No passado não se soube separar essas três partes do problema que se depara para uma norma da língua literária no Brasil. Acresce que o ideal clássico, que é o impulso menos positivo, senão a rigor negativo, predominou indevidamente nos esforços feitos. Nisso, os nossos **scholars** se pautavam pelo exemplo de Portugal, onde o classicismo da gramática sobreviveu à renovação romântica da literatura e à reformulação da vida social e política.

No Brasil, a resistência à rígida atitude normalizante, que paralelamente se encontra em alguns escritores e teóricos, também não procurou, em face daqueles a que se opunha, distinguir os três aspectos que se emaranham no problema de uma norma para a nossa língua literária. JOSÉ DE ALENCAR, por exemplo, cuja posição revolucionária marcou época, ora apela para o exemplo de ALMEIDA GARRETT, desobediente também em Portugal aos cânones clássicos, ora invoca a necessidade de uma língua própria para o **habitat** físico e social brasileiro, ora nos fala de um apuramento da língua cotidiana, "que é simples mistér"²⁾. Já, por outro lado, ANTÔNIO JOAQUIM DE MACEDO SOARES, como lema do seu mal-iniciado **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**, na mesma linha doutrinária, adverte que — "Já é tempo dos brasileiros escreverem como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal", acenando com um ideal de língua literária que se confunde com a realidade da fala cotidiana (Soares 1888).

A grande corrente foi, entretanto, no sentido da identificação da língua literária do Brasil com a de Portugal, considerada preferentemente em seus padrões clássicos.

2) Para as idéias de Alencar, consultar especialmente: "Pós-escrito" a **Diva, perfil de mulher**, nova edição revista por Mário de Alencar, Rio de Janeiro, Garnier, s. d.; "Pós-escrito" a **Tracema, lenda do Ceará**, nova edição revista por Mario de Alencar, Rio de Janeiro, Garnier, s. d.; "O nosso Cancioneiro" em **O Globo**, Rio de Janeiro, 1874, números 7-XII, 9-XII, 10-XII, 17-XII, 30-XII.

Foi o que defendeu MARIO BARRETO, que neste afã é a figura de maior relêvo e influência (cf. Barreto 1916, 1921, 1922, 1924, 1936)³⁾.

Íntimamente associado à escola filológica do português europeu, criou um conceito de duas faces, por assim dizer. De um lado, quer uma coerência do presente com as linhas do desenvolvimento histórico da língua, que aquela escola depreendia em termos neogramáticos. De outro lado, numa contradição implícita, vê nos monumentos clássicos um modelo perene. E, o que é pior, nesta última atitude se orienta por CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, que é um praxista apenas, à margem dos grandes filólogos surgidos na esteira de ADOLFO COELHO. Como CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, escreve na imprensa diária, procurando um contacto intenso com o grande público. Da sua ação emerge um ideal de normalização rígida da língua literária, praticamente dissociada da realidade oral, e um purismo que não faz a mínima concessão ao uso corrente.

MÁRIO BARRETO encontrou entre os escritores brasileiros um grande aliado em RUI BARBOSA, que, também discípulo de CANDIDO DE FIGUEIREDO, aplica em sua prosa um código rigoroso. Facilitava-lhe essa atitude o tipo de literatura a que se dedicava — a oratória política e a redação jurídica, circunscritas uma e outra ao formalismo e às convenções de línguas especiais.

Podemos dizer que foi essa diretriz característica, para a norma da língua literária, até as primeiras décadas do séc. XX.

Dela decorria um tal ou qual mal-estar.

Não era possível a obediência estrita a cânones de que resultavam, em última análise, o artificialismo, a incongruência e até, às vezes, contraproducente excentricidade. Mas não se discutia a validade teórica desses cânones e havia um esforço, às vezes inglório, para obedecê-los, de par com certo sentimento íntimo de culpa quando tal não se verificava.

Havia certas resistências tímidas — é certo —, que se concentravam em pontos secundários, como a regulamentação sintática para a colocação dos pronomes adverbiais átonos. Entre os literatos afirmou-se uma ou outra insubordinação mais corajosa e desassombrada, como foi o caso de MARIO DE ANDRADE, que criou uma prosa artificial e excêntrica em sentido oposto⁴⁾. A orientação geral manteve-se, porém, em sua essência. No campo filológico, apenas JOÃO RIBEIRO esboçou um movimen-

3) No seu livro de estréia, Mário Barreto teve uma atitude diferente, ligado a João Ribeiro, que escreve uma carta de apresentação no volume. Nesse livro, Mario Barreto critica mais de uma vez Cândido de Figueiredo (Barreto 1903).

to contrário, através de artigos esparsos e fragmentários, que reuniu no seu livro sobre **A Língua Nacional** (Ribeiro 1933). Podemos considerá-lo o precursor de uma nova atitude, que emergiu de maneira mais definida no período presente.

Um aspecto secundário da normalização da língua literária é a disciplina da grafia. MARIO BARRETO foi propugnador estrênuo da simplificação ortográfica, adotada em Portugal na esteira das propostas de GONÇALVES VIANA. Como a outros defensores desse sistema, mesmo em Portugal, escaparam-lhe os propósitos fonéticos estritos que guiaram GONÇALVES VIANA. Deu muito mais ênfase às motivações historicistas e nacionalistas que também se encontram nas idéias do reformador português⁵⁾. Assim, a distinção entre **z** e **s** intervocálico, ou entre **c** simples ou cedilhado e **s** ou **ss**, ou entre **ch** e **x**, adquiriram uma importância capital e em grande parte introduziram uma complexidade nova em lugar das que apresentava o antigo sistema com o uso de letras dobradas e de **y**, **ph**, **th**, **ch**, com valor de **k**, em correspondência com o grego. Com isso, passaram a predominar implicações de gramática histórica, ou, antes, de historicismo gramatical. Foi, por outro lado, o nacionalismo lingüístico que esteou o aportuguesamento à **outrance** dos estrangeirismos e especialmente dos nomes geográficos, combatido com razão por SAID ALI (Ali 1930, 239 ss).

O resultado foi uma situação de controvérsia em ortografia, que perdurou por muito tempo.

2. Teoria gramatical

A teoria gramatical apresentou neste primeiro período dos estudos lingüísticos, aqui considerado, um aspecto tripartido.

De um lado, houve uma elaboração da teoria da frase, que se concretizou na chamada "análise lógica" ou "análise sintática".

O primeiro nome resulta das suas origens filosóficas, que a consolidaram, especialmente na Inglaterra, a partir da **Lógica** de STUART MILL e, em seguida, da de ALEXANDER BAIN⁶⁾. O grande inspirador dessa estrutura de análise para nós foi o gra-

4) Comparar a sua obra de ficção: **Primeiro Andar, contos**, S. Paulo, 1926; **Amar, verbo intransitivo, romance**, S. Paulo 1927; **Macunaima, história**, S. Paulo 1928; **Malazarte, contos**, S. Paulo 1934.

5) Comparar o meu artigo em Camara 1956.

6) Reporto-me à tradução francesa: Mill 1866; Bain 1875.

mático inglês MASON, que transpusera para o ensino gramatical as conclusões de ordem lógica de MILL e BAIN ⁷⁾.

Houve muitas divergências e conflitos entre os nossos teóricos, mas sempre na linha diretriz lógica, assim estabelecida. Era em essência um **approach** de ordem primariamente semântica, sem maior atenção à forma lingüística. Procurava nos elementos constituintes da oração, antes de tudo, uma significação característica, deduzida de um quadro de categorias lógicas.

A análise sintática, assim entendida, foi considerada a base imprescindível do estudo escolar da língua materna e quase totalmente absorvia o tempo dedicado a êsse estudo nos currículos.

FAUSTO BARRETO, pai de MÁRIO BARRETO, traçou os lineamentos gerais da análise sintática para fim escolar numa sucinta exposição, que ficou clássica ⁸⁾. Outros teóricos, dignos de menção, foram OTONIEL MOTA (Mota 1926), que adotou o método de esquema gráfico, e JOSÉ OITICICA, que dedicou ao assunto a maior parte das suas cogitações sobre a língua portuguesa (Oiticica 1938, 1942).

A reação não se caracterizou pela busca de outros fundamentos e outros processos para uma teoria da frase. Fêz-se sentir negativamente, por assim dizer, através da minimização da análise e da ênfase dada a outros setores do estudo lingüístico, como a redação e a leitura comentada. Foi a linha seguida por MARIO BARRETO, por SILVA RAMOS ⁹⁾ e por SOUSA DA SILVEIRA, que levou a grande minúcia o estudo ordenado do vocabulário ¹⁰⁾.

O segundo aspecto, que apresentou então a teoria gramatical, foi a introdução da gramática histórica na cogitação dos estudiosos e até no currículo da escola secundária. Para isso foi evidentemente decisiva a obra e a ação de ADOLFO COELHO e da corrente filológica historicista, que êle suscitou em Portugal.

No Brasil, onde faltavam Faculdades de Letras e todo o ensino da língua materna se circunscrevia à escola secundária,

7) Em seus **Serões Gramaticais**, obra de muita divulgação na época, Ernesto Carneiro Ribeiro faz um cotejo entre o que êle chama "o sistema inglês", que é o de Mason, e "o sistema francês", que é em essência o da **Grammaire de Port Royal** (Ribeiro 1915, 382-390).

8) Como introdução à conhecida **Antologia Nacional**, organizada em colaboração com Carlos de Laet, um livro tradicional de leitura nas nossas escolas secundárias por muitos anos (Rio de Janeiro, ed. Alves).

9) Cf. o artigo "Em ar de conversa" (Ramos 1927).

10) Cf. as "Anotações" em **Trechos Seletos** (Silveira 1937 A).

a gramática histórica teve o caráter de divulgação um tanto elementar, sem maiores preocupações de pesquisa e aprofundamento.

Tais são os trabalhos mais populares no gênero: o de ALFREDO GOMES (Gomes 1915), o de EDUARDO CARLOS PEREIRA (Pereira s. d.) e **O Meu Idioma** de OTONIEL MOTA (Mota 1917). Mais tarde vieram o IV volume de **O Idioma Nacional** de ANTENOR NASCENTES (Nascentes 1933) e as **Lições de Português** de SOUSA DA SILVEIRA, que na sua primeira parte é uma gramática histórica sucinta mas meticulosa (Silveira 1937).

SOUSA DA SILVEIRA destacou-se nesse âmbito por um espírito de rigor neogramático, que não se encontrava nas obras dos seus antecessores. Aplicou-o a certos pontos controvertidos, como o timbre /e/ fechado em **dei**, a forma **deu** em face do latim **dedit**, o étimo de **serpe**, a origem do infinitivo **ser** e suas formas cognatas¹¹⁾. Com êle e com ANTENOR NASCENTES (Nascentes 1933) a gramática histórica, reduzida embora a uma divulgação na escola secundária, adquiriu precisão de método e doutrina nas diretrizes neogramáticas, que também eram, no quadro mais amplo do ensino universitário e na pesquisa direta, as da obra de LEITE DE VASCONCELOS em Portugal. NASCENTES, aliás, superou êsse plano modesto com a elaboração de um **Dicionário Etimológico**, praticamente o primeiro para a língua portuguesa e até hoje ainda o mais satisfatório (Nascentes 1932).

Temos finalmente para considerar a teoria da gramática descritiva, em que atuaram principalmente MAXIMINO MACIEL e SAID ALI.

O primeiro, como SCHLEICHER, reunia dois interesses distintos — o da língua materna e o da história natural. Em gramática cogitou especialmente de uma nomenclatura abundante, com muitas associações com a terminologia botânica e à maneira desta com uma manipulação desembaraçada de radicais gregos (Maciel 1926).

Já SAID ALI concentrou-se em certos problemas específicos de categorias gramaticais em português, como a conceituação do chamado "condicional", que êle interpretou fundamentalmente como um "futuro do pretérito", a função da partícula **se** na caracterização da forma verbal, o valor dos tempos compostos do auxiliar **ter** em locução com um participio perfeito, que êle considerou primordialmente como uma expressão do aspecto

11) Além das **Lições**, já citadas (Silveira 1937) cf. o artigo "Étimo de **ser**" na Revista de **Filologia e História**, fasc. 1, tomo II.

"perfectivo" (Ali 1930, 1931) ¹²⁾. Também procurou formular regras compreensivas para o emprêgo do infinitivo "pessoal" português, isto é, aquêlê que é provido de desinências de pessoa, e deu-nos um quadro sistemático, em têrmos sincrônicos, das variações de timbre vocálico dos radicais verbais, apoiando-se na realidade fonética pura, sem distinguir o condicionamento fonológico, de um lado, e, de outro lado, o jôgo morfológico livre das alternâncias de vogais (Ali, s. d.). Teve ainda o mérito de debater o papel da intonação na frase portuguesa; fê-lo filolôgicamente, por assim dizer, na base de diálogos de romances modernos (especialmente os de JULIO DINIZ), mas de qualquer maneira pôs em foco o problema (Ali 1930, 11 ss.).

A figura de JOÃO RIBEIRO é das mais curiosas nesse contexto.

Caracteriza-o, antes de tudo, a hostilidade à orientação neogramática e grande simpatia pelo ponto de vista idealista de VOSSLER. Nesse sentido, opôs-se mais de uma vez a LEITE DE VASCONCELOS, com quem teve até uma polêmica azeda ¹³⁾. Essa linha de pensamento o torna o menos gramatical dos nossos gramáticos. Na teoria gramatical é assistemático, incoerente e até um tanto controvertido consigo mesmo. O que principalmente o interessa é a etimologia, mas vista como um jôgo do espírito e não como aplicação das "leis fonéticas", e a exegese de frases feitas e locuções (Ribeiro 1906, 1923, 1927, 1960). Para isso é folclorista, ao mesmo tempo que filólogo, e compraz-se no particular e no anedótico ¹⁴⁾.

E' essa sua feição mental que explica a sua posição em questão de norma literária, aqui apreciada há pouco.

3. A pesquisa filológica

E' digno de nota que, recorrendo embora quase exclusivamente à língua da literatura para estabelecer uma norma lingüística e a teoria gramatical, os **scholars** brasileiros do passado não desenvolveram paralelamente com afinco a pesquisa filológica dos textos literários.

12) O último livro é uma compilação de dois trabalhos anteriores, e com o título de **Gramática Histórica**, fora do sentido ortodoxo do têrmo, faz uma gramática com referência metódica à língua arcaica.

13) Os artigos polêmicos de João Ribeiro constam da "Introdução" da edição póstuma do seu livro **Frases Feitas** (Ribeiro 1960), organizada por seu filho Joaquim Ribeiro; os de Leite de Vasconcelos estão em um dos volumes de seus **Opúsculos** (Vasconcelos 1928).

14) Cf. meu artigo "As idéias Gramaticais de João Ribeiro" (Camara 1961).

Em referência ao estabelecimento crítico dos textos, que eram assim continuamente invocados, reinava a maior displicência. MARIO BARRETO, por exemplo, muito pouco se preocupa com as qualidades das edições dos autores clássicos, de que se socorre, e faz as citações com indicações bibliográficas vagas e até omissas. Também RUI BARBOSA, que esteou em autores considerados "clássicos" a exegese e a contundente crítica à redação do projeto do **Código Civil** (Barbosa 1953), não se preocupou com a fidedignidade dos textos que citou abundantemente. E ainda SAID ALI pouco ou nada informa a respeito das edições de que colhe em suas duas gramáticas textos exemplificadores¹⁵⁾.

A mesma atitude predominava para a literatura brasileira. São muito imperfeitas no aparato crítico e no estabelecimento dos textos edições dirigidas por **scholars** como JOAQUIM NORBERTO, o VISCONDE DE COARACY e até feitas sob a égide da Academia Brasileira de Letras.

Houve, não obstante, uma atividade apreciável de pesquisa filológica.

Os **Lusíadas** de CAMÕES, que eram a base da leitura escolar e forneciam o material quase exclusivo para a análise lógica, tiveram edições críticas, orientadas para a escola secundária, como a de ANTENOR NASCENTES (Lusíadas 1930) e a de OTONIEL MOTA (Lusíadas 1963). Por outro lado, AFRÂNIO PEIXOTO e PEDRO A. PINTO dedicaram-se a uma dicionarização minuciosa do poema, comentando o primeiro aspecto típico de CAMÕES (Peixoto — Pinto 1924), (Peixoto 1927) OTONIEL MOTA fez uma ótima edição do texto português de ANTONIO FELICIANO DE CASTILHO das **Geórgicas** de VIRGILIO (Mota 1930), com um aparato crítico que abrange os aspectos históricos, religiosos e etnográficos da obra.

Mas no campo da pesquisa filológica quem mais se salientou foi SOUSA DA SILVEIRA. São importantes as suas edições críticas da elegia camonianiana **Sobolos rios** . . . e da égloga **Crisfal**¹⁶⁾. E' uma faceta relevante da sua atividade intelectual, que se prolongou até o período presente, onde assumiu aspectos novos, como veremos.

15) Cf. as advertências de Maximiliano de Carvalho e Silva, que preparou os textos das edições póstumas de dois livros de Said Ali (Ali 1957, 1964).

16) Essas duas poesias e mais a tragédia **Castro**, de Antônio Ferreira, e o **Auto da Alma**, de Gil Vicente, foram reunidos num só volume (Silveira 1945).

4. Estudos fonéticos

Como para a atenção dada à gramática histórica, foi o exemplo português que propiciou o aparecimento dos estudos fonéticos no Brasil.

O clima que os favoreceu foi a percepção clara, por parte de alguns estudiosos, da realidade oral, em face da língua escrita. Ora, êsse clima se criou com o conhecimento da obra de GONÇALVES VIANA sôbre a pronúncia do português europeu, segundo as diretrizes da chamada escola fonética de Leipzig, inspirada nos ensinamentos de EDUARD SIEVERS.

No Brasil houve menos apuro técnico por parte dos investigadores.

O primeiro dêles foi FELIPE FRANCO DE SÁ com o primeiro volume, único executado, de uma obra sôbre **A Língua Portuguesa** (Sá 1915). Era um político maranhense do Império, retirado à vida privada com a proclamação da República, e não tinha, portanto, formação fonética. A sua observação é impressionística. Na teoria fonética, acompanha implicitamente GONÇALVES VIANA, embora, em discordância freqüente com os resultados dêle, procure de maneira independente fixar a pronúncia normal brasileira. A sua contribuição foi principalmente em dois sentidos. Traçou um quadro do vocalismo brasileiro, que firmou doutrina e cuja influência se prolongou até hoje, e se esforçou por firmar o tipo acentual das múltiplas palavras eruditas em que há variação livre na seleção da sílaba tônica, orientando-se tanto pelo uso como por considerações de ordem histórica, referentes ao étimo próximo.

O exemplo de FRANCO DE SÁ inspirou, por sua vez, a investigação fonética de ANTENOR NASCENTES, que é um filólogo de formação, discípulo indireto de GONÇALVES VIANA e do espanhol NAVARRO TOMÁS, e portanto, doutrinariamente, ligado à escola fonética de Leipzig.

NASCENTES fez uma revisão dos resultados de FRANCO DE SÁ, acompanhando em essência o seu quadro de vogais. Estendeu o estudo ao consonantismo e abordou a fonética sintática, apreciando com acuidade os casos de sândi externo vocabular. Teve o mérito de introduzir tal estudo no ensino escolar, através de uma exposição leve e sucinta mas rigorosa (Nascentes 1928, 1937). Com isso levou ao grande público certa consciência da língua oral, e afastou o vêzo de uma pseudo-fonética, que vigorava em nossas gramáticas escolares na base dos usos gráficos. Por tudo isso, tornou-se a grande autoridade então da fonética no Brasil. Foi o inspirador e o orientador de um movimento de padronização da pronúncia brasileira, inaugurado com as "Conclusões" do Primeiro Congresso de Língua Cantada, em São Paulo (Congresso 1937).

NASCENTES encontrou um opositor de muitos dos seus pontos de vista em JOSÉ OITICICA. Da divergência resultou uma polémica incisiva a partir do Congresso de Língua Cantada há pouco referido¹⁷⁾.

OITICICA, apesar de ser também em última análise um discípulo da escola fonética de Leipzig, discordou de GONÇALVES VIANA, doutrinariamente, desde muito cedo. Procurou numa tese do concurso para professor do Colégio Pedro II formar uma doutrina própria e aplicá-la ao português do Brasil (Oiticica 1916). Caracteriza-o uma atitude de independência um tanto hostil ao desenvolvimento mais recente dos estudos fonéticos. Não confia, por exemplo, na fonética experimental de ROUSSELOT, que NASCENTES gostaria de ver implantada no Brasil, e considera SAUSSURE um mau guia em fonética (Oiticica 1955, 168). Tem uma terminologia própria e às vèzes um tanto excêntrica, e apresenta várias conclusões opostas a NASCENTES. De maneira geral, domina-o uma extrema preocupação normativa e o esfôrço para prescrever uma pronúncia erudita, que não raro foge do uso espontâneo. E' assim que insiste na distinção entre os finais átonos **-io** e **-eo** (como em **alívio** e **níveo**, respectivamente) e no carácter dental da líquida /l/ quando pós-vocálica.

Fora dessas obras gerais, há para assinalar alguns estudos esparsos de fonética regional. Muitos são comunicações para o Primeiro Congresso de Língua Cantada, há pouco citado. Numa conferência sôbre **A Língua Nacional**, SOUSA DA SILVEIRA fêz algumas observações sôbre a pronúncia do Rio de Janeiro, depois incluídas num capítulo das suas **Lições de Português** (Silveira 1931, 1937). Também há as apreciações fonéticas de MARIO MARROQUIM no seu trabalho de dialetologia, que examinaremos na secção seguinte (Marroquim 1934).

5. Os estudos dialetológicos

Certo interêsse pelo estudo dialetológico surgiu muito cedo no Brasil.

Concentrou-se de início num levantamento dos léxicos regionais. Houve uma abundante literatura dialetológica nesse sentido, desde o **Vocabulário** de BEAUREPAIRE ROHAN.

O aspecto mais criticável que, em conjunto, êsses trabalhos apresentam, além da ênfase excessiva dada às peculiaridades lexicais e à idéia implícita de que aí reside o traço básico da diferenciação lingüística regional, é tripartido. Em primeiro lu-

17) Para a crítica inicial de Oiticica a Nascentes ver: Oiticica 1955. Para a resposta de Nascentes: Nascentes 1939. Um e outro trabalho foram a princípio cartas mimeografadas, que circularam entre os professôres de português, especialmente do Rio de Janeiro.

gar, falta a adequada limitação areal para o vocabulário colhido. Também todos êles prescindem de transcrição fonética, com um pressuposto implícito de que a grafia canônica representa satisfatoriamente a forma oral registrada. Finalmente, não há uma configuração nítida das significações, que são dadas com vagas equivalências em vocábulos outros ou perifrases, sem o amparo de contextos seguros e bem definidos nem o **background** cultural da região. Pode-se acrescentar que não há uma triagem rigorosa entre o que é lididamente regional, o que é geral no território brasileiro e até o que pertence a rigor à língua coloquial em contraste com a língua literária, acima do plano dialetal. Tais defeitos não têm a mesma intensidade em todos os trabalhos, evidentemente, salvo no que respeita a ausência de transcrição fonética, que marca a todos. Assim, o **Dicionário de Brasileirismos** de RODOLFO GARCIA (Garcia 1915) mostra um esforço de delimitação areal dos termos consignados, e o **Vocabulário Pernambucano** de PEREIRA DA COSTA (Costa 1937) assinala bem as peculiaridades léxicas da língua coloquial em face da literária.

De um certo momento em diante a pesquisa adquiriu intui-tos mais amplos no sentido da gramática e da fonética.

O **Dialecto Caipira** de AMADEU AMARAL (Amaral 1920) é em essência um vocabulário, mas há uma larga introdução que debate a fonologia, a morfologia e a sintaxe do dialeto. Mais decididamente, **A Língua do Nordeste** de MARIO MARROQUIM (Marroquim 1934) é um tratamento lingüístico amplo. Por outro lado, os estudos dialetológicos se encontraram com o interêsse pelos estudos fonéticos desde FRANCO DE SÁ. Assim, também apareceram pesquisas restritas à fonética regional, principalmente por ocasião do Primeiro Congresso de Língua Cantada em São Paulo.

Nos estudos mais ambiciosos, além da mera colheita dos termos regionais, nota-se uma intensa preocupação diacrônica. Foi, por exemplo, diacrônicamente que CLOVIS MONTEIRO estudou a linguagem dos cantadores nordestinos (Monteiro 1933). Essa preocupação estimula um esforço para explicar a diferenciação lingüística regional e até o aspecto geral peculiar do português do Brasil em face do português europeu.

A tese mais recorrente é a admissão de uma influência intensa do substrato indígena ou do substrato africano. A principal divergência está na escolha de um ou outro.

A preferência pela atuação das línguas indígenas foi a mais generalizada a princípio. Não se levavam em conta, entretanto, as múltiplas e variadas línguas indígenas brasileiras. Partia-se do substrato tupi, sob a alegação de que o tupi (no seu aspecto dialetal tupinambá) foi uma língua geral de intercurso nos pri-

meiros tempos da colônia. Com isso se confundiam dois fenômenos distintos: o substrato lingüístico de uma população que muda de língua, de um lado, e, de outro lado, o estabelecimento de uma língua de intercurso como meio auxiliar de comunicação entre colonos e nativos. Acresce que o tupi era estudado filologicamente, por assim dizer, nos textos dos trabalhos missionários de catequese, dentro do quadro da tupinologia, que durante muito tempo reinou na etnologia e na lingüística indígena brasileira.

Na fonologia, o apêlo ao substrato indígena ou africano não logrou depreender fonemas novos para os dialetos ou o português geral do Brasil; mas serviu de base para se tentar explicar certas evoluções fonológicas das falas regionais, ou mesmo da língua geral popular, como a iotização ou /ly/ palatal ou o esvaimento do /s/ ou do /r/ diante de pausa.

Conforme as predileções dos estudiosos insistia-se na ação do tupi ou das línguas africanas. A respeito destas últimas, também não houve a delimitação da influência de línguas específicas. Como se sabe, as línguas da África, de que vieram falantes para o Brasil, pertencem a grupos inteiramente distintos: o bântu, de um lado, e, de outro lado, o conglomerado de línguas que se costuma denominar sob o rótulo de "sudanesas".

Outra tese, em que insistiu AMADEU AMARAL, foi a da sobrevivência da língua popular arcaica do séc. XV e princípios do séc. XVI nas falas regionais brasileiras. Com isso, invocava-se implicitamente o conceito da "arcaicidade" das "áreas laterais", da escola neolingüística italiana.

NASCENTES procurou corrigir a falta de delimitação geográfica, de que se ressentem todos êsses estudos dialetológicos, com uma tentativa de divisão dialetal do português do Brasil. A primeira versão dêsse esforço data de 1922, quando fêz uma monografia sobre o linguajar carioca (Nascentes 1922). Mantendo as mesmas linhas gerais, introduziu posteriormente modificações subseqüentes de detalhe. A última versão está na segunda edição, inteiramente remodelada, daquele trabalho (Nascentes 1955). Como em relação ao seu **Dicionário Etimológico**, êsse esquema ficou até hoje o único tratamento sistemático do problema; e tem sido uma heurística hipótese de trabalho.

III. OS ESTUDOS NO PRESENTE

1. Norma da língua literária

E' sensível, no período que convencionamos estabelecer a partir de 1940, mais ou menos, uma nova atitude em relação ao problema da norma da língua literária. Há um arejamento de idéias e uma melhor compreensão da língua como instrumento de comunicação, que precisa ser maleável e flexível para ser plenamente eficiente.

Não há dúvida que concorreu para isso o estabelecimento do ensino universitário de letras e de língua materna, com a criação das chamadas Faculdades de Filosofia. Elas propiciaram um estudo mais objetivo e desinteressado, sem as preocupações, inevitáveis na escola secundária, de um treinamento pragmático dos estudantes. Até então, o paradigma do ensino de português fôra o Colégio Pedro II, numa posição dúbia de escola secundária e, ao mesmo tempo, padrão daquele ensino com atributos de estudos superiores de letras.

Mas também, por outro lado, houve nesse particular uma evolução espontânea da mentalidade coletiva. O ideal classicista caiu afinal no vazio, sem repercussão apreciável. Já se nota igualmente uma melhor compreensão da legitimidade, em sua esfera própria, da língua coloquial em face da literária. O problema é pôsto claramente nas "Instruções" de 1942 para a execução do Programa de Português para o ensino secundário¹⁸⁾.

Isso não significa, entretanto, que se tenha encontrado um caminho firme e desimpedido para o estabelecimento de uma norma para a língua literária. Há problemas concretos ainda de solução incerta e controvertida, como o vexatório problema, na língua escrita, da acentuação da partícula *a*. Ainda não se compreendeu nitidamente que uma norma para a língua literária não pode desligar-se da realidade da língua oral, sob pena de se criar um meio de comunicação escrito e formal inteiramente distinto da realidade, que está na língua oral e espontânea.

Em referência à ortografia, a diretriz da simplificação, a que afinal unânimemente se chegou, não nos levou a uma solução cabal e plenamente satisfatória. A unificação total da grafia, entre o Brasil e Portugal, é possível, mas para isso é preciso rever certas posições doutrinárias, a mais importante das quais é o pressuposto de que a forma gráfica deve corresponder exatamente à forma fonológica, em regra até encarada como de fonética pura. Mesmo considerado apenas do ponto de vista das conveniências brasileiras, o sistema ortográfico vigente deixa muito a desejar.

2. Teoria gramatical

Consideremos de novo, separadamente, os três aspectos da teoria gramatical do passado, que já pusemos em relêvo.

De maneira geral, persistiu no período presente o tipo de análise sintática que apreciamos anteriormente.

18) Cf.: **Programa de português para o ensino secundário. Instruções para a sua execução** (Suplemento do **Diário Oficial** do Governo Federal, 16-VII-1942). As **Instruções** são da responsabilidade de Sousa da Silveira.

Houve uma ou outra tentativa para se alargarem os seus quadros lógicos dentro da compreensão cabal da expressão lingüística. CARLOS HENRIQUE DA ROCHA LIMA, por exemplo, procurou ver a frase discursiva, que é o tema exclusivo dêsse tipo de análise sintática, como um caso especial da formulação lingüística, simplesmente considerada (Lima 1956). Outros estudiosos, como CÂNDIDO JUCÁ (FILHO) (Jucá 1953) e JESUS BELO GALVÃO (Galvão 1954), introduziram para dado da análise também o "fator psicológico". A êste último respeito, deve-se obterem que a psicologia individual não pode explicar a rigor a estrutura da expressão lingüística nos padrões coletivos vigentes, e o esforço para fazê-lo conduz ao "psicologismo" em gramática, contra o qual há com razão, hoje em dia, uma grande desconfiança.

Noutro sentido trabalha atualmente a professora paulista MADRE OLIVIA. Ela submete cada constituinte da frase à exegese, do ponto de vista da função da frase na comunicação de estados mentais. O grave problema dessa orientação, que ela não resolveu, é o estabelecimento de um quadro cabal teórico de estados mentais possíveis, que, além de insuperavelmente intrincado, escapa dos têrmos de uma pesquisa lingüística.

Parece que o verdadeiro caminho para uma teoria da frase está na análise da forma lingüística, primariamente considerada.

E' pena que nenhum dos nossos **scholars** tenha aproveitado nesse sentido várias doutrinas frasais formais, que têm aparecido na lingüística moderna: a teoria dos constituintes imediatos, que ascende a BLOOMFIELD e tem tido versões mais sofisticadas, como a "tagmêmica" de KENNETH PIKE, ou a exploração do conceito de sintagma, firmado por SAUSSURE e desenvolvido para a análise frasal por CHARLES BALLY, ou, muito recentemente, o conceito e a técnica da "transformação" de NOAM CHOMSKY e seus companheiros.

Em referência à gramática histórica, ganhou-se evidentemente uma dimensão nova com o ensino universitário da língua materna nas Faculdades de Filosofia. ISMAEL DA LIMA COUTINHO fez um seu antigo trabalho dêsse tipo para iniciação no ensino secundário numa **Gramática Histórica** em plano superior (Coutinho 1959), que pode ser confrontada com as obras clássicas de JOSÉ JOAQUIM NUNES em Portugal e de EDWIN WILLIAMS. Tem sôbre NUNES a superioridade de uma exposição elegante e equilibrada e sôbre WILLIAMS o estilo discursivo e corrente além do compreensivo quadro histórico-social.

O grande progresso nesse âmbito foi, porém, a **História da Língua Portuguesa** de SERAFIM DA SILVA NETO (Silva 1952). Aí foi superado o **approach** neogramático, pondo-se ênfase na

história da língua dentro da história política e cultural. A obra, concebida num plano ambicioso e largo, é desequilibrada na distribuição do assunto. A grande atenção do autor foi para a língua arcaica e, especialmente, para os primórdios do crepuscular proto-português e do romance lusitânico. Nesses dois temas conseguiu compilar metódicamente e interpretar com lucidez os dados fragmentários e esparsos, que a sua magnífica erudição filológica conseguiu reunir.

É importante assinalar que o estudo histórico da língua foi considerado, quase exclusivamente, o verdadeiramente merecedor de um tratamento universitário.

O ensino descritivo costuma cessar na escola secundária.

O resultado foi a falta de avanço apreciável em matéria de descrição lingüística. A obra nesse sentido de SAID ALI ficou até hoje a melhor teoria gramatical descritiva para o português do Brasil. Ora, SAID ALI ainda representa uma gramática tradicional, tanto na doutrina como no método de apresentação.

Há, portanto, a necessidade prioritária da exploração em linhas novas da descrição gramatical.

Tenho aqui de me citar a mim próprio para aludir ao **Dicionário de Fatos Gramaticais**, refundido em edição subsequente com o título de **Dicionário de Filologia e Gramática** (Camara 1956, 1969). O seu objetivo foi justamente contribuir para uma teoria gramatical nova, apresentando os termos gramaticais e seus respectivos conceitos, mais ou menos consagrados por um uso restrito ou amplo, e assinalar uma certa linha diretriz do autor no correr dos verbetes.

A deficiência dêsse campo de estudo no Brasil foi bem evidenciada pela elaboração de uma **Nomenclatura Gramatical Brasileira**, recente, patrocinada pelo Ministério da Educação e Cultura (Nomenclatura 1958). Não há aí qualquer doutrina gramatical coerente. O erro fundamental foi, mesmo, o de se querer com isso regularizar e simplificar a nomenclatura, sem a intenção de se firmar qualquer doutrina. Ora, a terminologia está visceralmente dependente de uma teoria e sem esta não tem sentido nem real utilidade.

A consequência é que o estatuto, oficialmente estabelecido, funciona como um empecilho, que cerceia e desorienta os esforços para uma teoria satisfatória em gramática descritiva.

O prejuízo que decorre de tudo isso é tanto maior quanto embaraça, por sua vez, o desenvolvimento da gramática histórica.

Com efeito, a importância dada à sincronia lingüística nos tempos atuais imprimiu uma modificação substancial na maneira de ver os estudos diacrônicos. Compreendeu-se que, ao contrário de ser a diacronia "a única realidade" (como proclamavam os neogramáticos) e a sincronia "uma ficção necessária" (como ainda estava implícito em SAUSSURE) é a sincronia o ponto de partida natural de todo estudo lingüístico. O estudo diacrônico é sempre um cotejo entre duas sincronias. Na gramática histórica portuguesa, por exemplo, vem-se da sincronia do latim chamado "clássico" para o estado lingüístico classificado como português. Dizer que as quatro conjugações dos verbos latinos se reduziram a três é encarar, inicialmente, o estado lingüístico latino, antes do qual a disposição mórfica dos verbos era muito outra. Análogamente, ao apreciar a eliminação do sistema de casos nominais, não se leva em conta o caso instrumental, que já desaparecera da sincronia latina. Até uma análise etimológica, como de **lupu-** para **lôbo**, começa do momento em que havia **lupu-**, e não o indo-europeu ***wlk^wo-** ou outro estágio intermediário, o que seria sempre, por sua vez, considerar uma sincronia.

O ponto de vista anterior da realidade única da diacronia repousava numa confusão teórica. Com efeito a língua está em incessante mudança e é um **devenir** fenomenológico. Mas, na língua como em todos os fenômenos humanos, o que exerce ação e funciona não é o fenômeno em si, senão um dado valor que ele tem. É o valor, como invariante, num quadro de fenômenos cambiantes que a sincronia lingüística analisa. A diacronia lingüística é a história da mudança desses valores, que têm de ser sincrônica e no ponto de partida e no ponto de chegada.

3. A pesquisa filológica

Em referência à pesquisa filológica, a situação no presente é francamente promissora.

A importância da exatidão dos textos antigos passou a ser muito melhor compreendida e valorizada. Estendeu-se até à interpretação crítica dos textos medievais e dos velhos códices.

Uma grande figura nesta última atividade foi SERAFIM DA SILVA NETO. Deu-nos uma edição crítica de um pequeno livro de ANDRÉ DE RESENDE, que descobriu na nossa Biblioteca Nacional (Silva, s. d.) e dedicou-se aos manuscritos da Idade Média portuguesa com competência e entusiasmo. Quando morreu prematuramente em 1961 estava a braços com um grande empreendimento nesse sentido: uma edição crítica de **A Bíblia Medieval Portuguesa**, nome sob o qual ele colocava os variados e parciais textos bíblicos em traduções do português arcaico. Foi, ao mesmo tempo, um doutrinador da boa técnica filológica, es-

pecialmente com um Guia sôbre os **Textos Medievais Portugêses e seus Problemas** (Silva 1956).

De geração muito anterior, o PADRE AUGUSTO MAGNE deu afinal uma edição crítica da **Demanda do Santo Graal**, segundo um manuscrito existente na Biblioteca Real de Viena, que êle leu e interpretou no íntegra. O texto, constante do 2.º volume, é antes uma versão que num ou noutro ponto caprichosamente se afasta do original; mas em seguida veio uma nova edição rigorosamente fiel às fôlhas do códice, que são fotostaticamente reproduzidas ao lado de cada página com a leitura crítica (Magne 1955).

Ainda neste âmbito, merecem especial menção os trabalhos de CELSO CUNHA sôbre cantigas de trovadores medievais. São novas edições críticas na base de anteriores, que são cuidadosamente pesadas e cotejadas, com novas soluções de muitos problemas de leitura e um valioso aparato crítico (Cunha 1949, 1956).

Do ponto de vista especificamente brasileiro, entretanto, tem maior significação a aplicação da boa técnica filológica aos textos da literatura brasileira, cujas edições no passado vimos muito deixarem a desejar. Aí se destacou SOUSA DA SILVEIRA, em continuação de uma atividade em que já se tinha salientado antes. A sua edição crítica das obras de CASIMIRO DE ABREU (Silveira 1940) vale como um modelo nesse particular. GLADSTONE CHAVES DE MELO, ligado profissionalmente a SOUSA DA SILVEIRA e ao PADRE MAGNE, fez por sua vez uma edição crítica de **Iracema** de JOSÉ DE ALENCAR, com um estudo complementar sôbre a posição de ALENCAR na questão da língua literária nacional (Melo 1948).

Um grande propulsor da pesquisa filológica foi o Instituto Nacional do Livro, como departamento cultural do Ministério da Educação e confiado desde a sua criação à direção de AUGUSTO MEYER. O Instituto patrocinou um grande número de edições críticas, particularmente de obras da literatura brasileira, e apoiou o trabalho de uma comissão para uma publicação modelar da obra de MACHADO DE ASSIS, em que já saiu o **Brás Cubas**. E' parte do trabalho dessa Comissão a monografia de ANTONIO HOUAISS, traçando normas e critérios para a publicação cogitada (Houaiss 1959).

O clima que assim se criou, favoreceu empreendimentos de editôras particulares no mesmo sentido, e tivemos já edições críticas de vários autores brasileiros sob a responsabilidade de certos **scholars** de prestígio. Nem sempre, porém, os resultados têm sido impecáveis. O aparelhamento técnico defeituoso de nossas tipografias, sem corpo de revisores e com operários muitas vêzes incipientes, propicia os erros tipográficos, que não raro mareiam essas edições e nos tiram a confiança integral no texto.

Por outro lado, há certos problemas cujas soluções em geral recebidas nem sempre são satisfatórias. O preparador do texto considera com demasiada liberdade a questão da virgulação, adotando um critério rígido, baseado no uso corrente mas muitas vèzes em discrepância com as intenções do autor, que passa a ser corrigido e portanto falseado. A uniformização da grafia é outro assunto que leva a infidelidades; a forma escrita tem muitas vèzes implicações estilísticas e gramaticais, que a redução à ortografia atual suprime indevidamente. Outra questão digna de atenção é o uso dos diacríticos, a interpretação da prosódia do autor em palavras de acentuação controvertida e o vexatório problema da acentuação da partícula **a**, em que através da nossa literatura tem reinado ora a discordância heterodoxa com a disciplina gramatical, como em ALENCAR, ora a hesitação e a incoerência, como deve ser o caso de MARTINS PENA.

4. Os estudos fonéticos

A fonética, nas linhas fisiológicas com que se constituíra a partir de FRANCO DE SÁ, não fêz maiores progressos.

O interêsse pela fonética experimental aparece principalmente em ANTENOR NASCENTES, que proclamou mais de uma vez a necessidade da instalação de laboratórios fonéticos no Brasil. Uma única se processou, entretanto, em condições de certa viabilidade. Foi a do Laboratório de Fonética Experimental da Universidade da Bahia na década de 50. Fêz-se pelo modelo do Laboratório da Universidade de Coimbra, de ARMANDO DE LACERDA, que orientou os planos e a montagem. Seu diretor foi desde o início NELSON ROSSI, que estudou fonética experimental com LACERDA em Coimbra. Os dois foneticistas publicaram em colaboração um trabalho sôbre certos aspectos fisiológicos da pronúncia do Rio de Janeiro (Lacerda-Rossi 1958).

Compreende-se que essa realização tenha ficado única e isolada. Para um laboratório de fonética não bastam os aparelhos. É preciso que haja técnicos competentes para manipulá-los. Ora, êste aspecto do problema nunca foi verdadeiramente considerado. Faltou um planejamento nesse sentido, que seria possível na base de bôlsas de estudo na Europa ou nos Estados Unidos da América, concedidas a estudantes interessados no assunto e já com boa instrução de fonética teórica. Sem isso, qualquer aparelhagem adquirida teria de ficar inerte e sem aproveitamento; e foi, com efeito, o que sucedeu com o que se procurou fazer além do laboratório, assim mesmo precário, da Universidade da Bahia.

A fonética experimental não é, evidentemente, a única técnica em pesquisas fonéticas. Há, até mais fundamental, o tiro-

cínio da audição e reprodução rigorosa dos sons vocais ouvidos, por parte do foneticista. Para tanto, porém, faz-se mister um ensino especializado, com transcrição fonética e informantes, que não se organizou nas universidades brasileiras.

Nessas condições, os estudos fonéticos continuaram a ser de caráter impressionístico, sem maior progresso em face do que se fazia no período anterior.

Apenas na Universidade de Brasília o Departamento de Lingüística, sob a regência de ARION DALL'IGNA RODRIGUES, iniciou um metódico trabalho de instrução teórica e treinamento de estudantes, já agora porém interrompido. Colaboraram com RODRIGUES foneticistas do Instituto Lingüístico de Verão, de KENNETH PIKE, que desde 1959 trabalha no Brasil, sob os auspícios oficiais, na pesquisa das nossas línguas indígenas.

Um novo **approach** foi lançado na minha tese de doutorado em letras, em 1948.

Aí se esboçou uma rigorosa aplicação da estruturação dos sons vocais em "fonemas", até então desconhecida para a língua portuguesa e só ensaiada, fora do seu território e sem nenhuma repercussão aí, por dois artigos nos Estados Unidos da América sobre os fonemas do português do Brasil (Hall 1943).

Os capítulos da tese foram publicados depois, separadamente, no **Boletim de Filologia** e afinal, em 1953, publicou-se o livro respectivo (Camara 1953).

Pouco a pouco, a nova orientação foi ganhando compreensão e simpatia. O próprio autor aplicou as suas idéias, durante uns quatro anos, no ensino de português no Instituto de Educação, destinado à preparação de professoras primárias. A adesão de outros estudiosos foi, porém, um tanto insegura e incoerente, sem uma clara delimitação entre fonética fisiológica e a depreensão de uma função e estrutura sônica. É o defeito fundamental, como já observou BRIAN HEAD (Head 1964), a revelar na monografia de ANTONIO HOUAISS sobre o vocalismo do português do Rio de Janeiro (Houaiss 1958).

É de notar que na década de 50 se realizaram dois Congressos em que a fonética foi o centro de interesse: um em Salvador, Bahia, sobre a dicção no teatro (Anais 1958), e outro, em Pôrto Alegre, Rio Grande do Sul, sobre dialetologia (Congresso 1958). Em ambos dominou em regra a orientação fonética naturalística nas comunicações apresentadas.

Também a Nomenclatura Gramatical Brasileira, a que já fizemos referência como um empreendimento do Ministério da Educação e Cultura, não levou em conta o ponto de vista fun-

cional e estrutural na parte reservada à fonética. Apresentou uma classificação de vogais e consoantes em termos fisiológicos apenas. Mesmo na posição que adotou, a classificação marca um retrocesso, com confusões e omissões muito sérias. Assim, para as vogais não é considerada a elevação gradual da língua, que é um traço distintivo essencial no vocalismo português com as séries /è/-/e/-/i/ e /ò/-/o/-/u/, enquanto nas consoantes faz as **fricativas** serem uma divisão das **constritivas**, aparentemente confundindo êste último nome com o de **contínuas**.

5. Os estudos dialetológicos

Os estudos dialetológicos, no período presente, têm, como aspecto fundamental, a consideração da importância da metodologia da geografia lingüística e a convicção da urgência e da necessidade de aplicá-la nas pesquisas regionais do português do Brasil.

ANTENOR NASCENTES e SERAFIM DA SILVA NETO insistiram com ardor nessa tecla e procuraram traçar planos para a sua execução. A questão foi ventilada no Congresso dialetológico, de Pôrto Alegre, já referido. A Casa de Rui Barbosa, através do seu Centro de Pesquisas, encarregou a ANTENOR NASCENTES estudos para um Atlas Lingüístico do Brasil e, por sugestão desse **scholar**, convidou o conhecido dialetólogo SEVER POP a vir da Bélgica dar uma série de conferências sôbre a geografia lingüística do Rio de Janeiro. POP encarou o tema do ponto de vista clássico da lingüística românica, onde a geografia lingüística é um método de pesquisa diacrônica, destinado a substituir a exegese filológica dos textos a partir do latim. No Brasil, como em tôda a América, é muito mais pertinente o uso da geografia lingüística na dialetologia sincrônica.

Foi esta sempre a maneira de ver de SERAFIM DA SILVA NETO, que indicava, como modêlo a seguir, o Atlas da Suíça Românica de JABERG e JUD. Como se sabe, os dois mestres suíços executaram um tratamento geográfico da descrição lingüística, combinada com a descrição etnográfica.

Foi com essa orientação que se publicou afinal o primeiro trabalho concreto de geografia lingüística para o Brasil: o **Atlas Prévio dos Falares Baianos**, organizado por NELSON ROSSI e uma equipe de pesquisadores, seus estudantes da Universidade da Bahia (Rossi 1963-5). Noutro lugar, assim apreciei êsse em-

preendimento: "Compreende dois tipos de mapas: 154 cartas de palavras e frases básicas, investigadas em 50 localidades rurais, e 44 cartas-resumo, suplementares, para mostrar as diferenças de denominação, de maneira sucinta, para alguns itens especiais. Nas 154 cartas, que constituem o grosso do trabalho, dá-se em transcrição fonética a distribuição das formas, feita pelas 50 localidades. Essa transcrição fonética, que é estrita (ing. 'narrow'), foi tirada do sistema de ARMANDO DE LACERDA, descrito na sua revista do Laboratório Fonético de Coimbra, com as adições de GORAM HAMMARSTROM na sua pesquisa fonética para o Algarve, mas ROSSI acrescentou alguns símbolos que 'a aplicação do sistema ao português do Brasil revelou necessários' e mudou a maneira de assinalar a intensidade vocabular. Para cada localidade foram inquiridos dois informantes, mas só se registraram as duas respostas quando há discrepância entre elas. A enumeração dos itens compreende 4 secções: H = **Homem biológico**, P = **Pecuária**, T = **Terra**, V = **Vegetais**. Há, além disso, XI cartas preliminares: um mapa do Estado da Bahia, as áreas lingüísticas brasileiras de acôrdo com a divisão de ANTENOR NASCENTES, a delimitação do falar baiano de acôrdo também com NASCENTES, a fisiografia do Estado da Bahia, os nomes oficiais das localidades visitadas, os seus nomes de acôrdo com o uso local, os nomes antigos que foram substituídos com o correr do tempo, a demografia e situação administrativa das localidades, as freguesias em que estão incluídas, as suas principais atividades econômicas, e dados sôbre os informantes" (Camara 1968, 239-40).

Depois dessa descrição informativa, assim concluí: "É claro que a geografia lingüística no Brasil não pode tentar um atlas geral do país. Temos de nos contentar com uma série de atlas regionais, executados pouco a pouco com as possibilidades materiais ocorrentes. Ela deve, por outro lado, se expandir em seus propósitos, considerando o estabelecimento dos padrões sônicos e dos padrões de morfemas gramaticais. Para tanto, deve-se escolher os itens com vista à descrição fonêmica e morfêmica, além dos interesses puramente etnográficos".

Paralelamente com êsse esforço no sentido da geografia lingüística, também se desenvolveram elucubrações teóricas.

Houve várias tentativas de resumir as características dialetais brasileiras. Nesse sentido há um trabalho de SILVIO ELIA, por exemplo, muito ligado às idéias de SERAFIM DA SILVA NETO (Elia 1963).

GLADSTONE CHAVES DE MELO também fez um resumo apreciativo nesse sentido no seu livro sôbre **A Língua do Brasil** (Melo 1943). O trabalho vai muito além, entretanto. Discute

as causas das diferenciações brasileiras, compilando e ponderando as que têm sido apresentadas repetidamente, e tenta um julgamento doutrinário do que significam em seu conjunto êsses traços próprios do português do Brasil em face do europeu.

As causas citadas são, essencialmente, o substrato tupi, o substrato africano e a persistência de elementos e construções arcaicas. Como em regra os filólogos brasileiros quando de espírito conservador, que é o da nossa filologia ortodoxa, CHAVES DE MELO dá maior ênfase ao último dos três fenômenos. Embora muito crítico em referência ao substrato tupi, não percebeu a grande falha dessa teoria: a de que ela opera com a língua geral, usada na catequese e como meio de intercurso nos primeiros tempos da colônia. Como tal, falta-lhe a condição de um verdadeiro substrato, que só se verificaria se os habitantes que constituem a nação brasileira fôsem sempre uma população tupi com a sua língua substituída pelo português. A intromissão da língua geral, falada por brancos e mestiços, é, quando muito, um caso de adstrato, como é o do árabe no português europeu.

A diferenciação do português do Brasil lhe parece superficial e secundária. A êsse propósito estabeleceu a tese de que se trata de "estilo" diverso e não de "língua" diversa. Essa tese já fora apresentada num trabalho de SILVIO ELIA, sôbre **A Língua Brasileira**, mas com menos rigidez (Elia 1940), e em seguida praticamente deixada de lado pelo autor, que já não insiste nela na segunda edição do livro (Elia 1961). Ora, não há dúvida que existe entre o português europeu e o brasileiro uma marcada distinção de ordem estilística, que é muito sensível na língua literária. Mas, mesmo nesta e muito mais na língua oral cotidiana, há traços gramaticais diferentes, além da diferenciação lexical, quer como dualidade de palavras, quer como discordância de área semântica e distribuição de emprêgo para uma dada palavra. Não se trata rigorosamente de línguas diversas, porque a divergência não afeta o âmago estrutural da língua, o "**common core**" da conhecida classificação de HOCKETT (Hockett 1958, 332 ss.).

Outra apreciação dos caracteres do português do Brasil e da sua história interna e externa foi dada por SERAFIM DA SILVA NETO, com a erudição e vivaz originalidade que lhe eram peculiares (Silva 1950). Como na sua **História da Língua Portuguesa**, já aqui citada, êle insiste nas condições socioculturais e políticas em que a língua se implantou e vingou no território americano. Dá grande importância à influência tupi no português popular do Brasil, mas transpondo-a para causa determinante da constituição de um português crioulo, que é a sua interpretação da primeira fase do português no Brasil. Nos atuais traços dialetais brasileiros vê até "as cicatrizes" dessa origem.

A tese de SILVA NETO é, portanto, de dupla face. De um lado, considera, como fato inconcusso e inevitável, uma profunda diferenciação do português popular brasileiro em face da língua européia; implicitamente admite aí uma dualidade lingüística. De outro lado, acha que a implantação da língua literária e a sua ação sobre os falares vulgares determinou e continua a determinar uma unificação posterior. A teoria concilia a posição neogramática, da evolução divergente fatal, com a filosofia lingüística histórico-cultural, que, com raízes em MENENDEZ PIDAL, se superpôs no nosso estudioso ao neogramatismo dos seus primeiros tempos.

Parece-me que a tese é falsa em suas duas faces. Só por observação simplista e preconceito teórico se pode classificar como crioulos os falares regionais do Brasil, ou como fenômeno de crioulisto a primeira fase do português americano, dada a colonização socialmente bem hierarquizada e a estratificação lingüística, inclusive com o aspecto literário, que desde o início se nota no ambiente. A segunda face da teoria é, por sua vez, insustentável. Uma língua literária, vinda de fora, é incapaz de mudar radicalmente o curso de uma evolução lingüística, e, a ser real a situação, só se criaria com ela uma dualidade de línguas no território brasileiro, à maneira do latim em face dos romances vulgares na Idade Média. A solução final, a longo prazo, seria o abandono da língua literária, assim imposta, como sucedeu com o latim no Medievo.

IV. CONCLUSÕES

1. Língua popular e língua literária

O problema das relações entre a língua popular e a língua literária é fundamental num caso como o brasileiro.

Tem de haver necessariamente uma diferenciação entre elas, decorrente das condições diversas em que se realizam. A língua oral opera numa situação concreta uma entre os interlocutores, e os elementos extralingüísticos se incorporam espontaneamente nessa situação. Daí o *laissez-allez* da fala, o seu aspecto fragmentário e a imprecisão dos termos e da construção frasal. Há ainda a considerar que no intercurso cotidiano impera o centrifugismo em face da norma, enquanto a língua literária é naturalmente centrípeta, com pontos de referência normativos muito claros e constantes. Acresce, finalmente, o assunto da comunicação, que na fala cotidiana é concreto e particular, de curto alcance intelectual e intenção estética, quando não intelectualmente vazio e esteticamente amorfo.

Com tudo isso, sempre se trata de uma única estrutura lingüística, basicamente considerada. O centrifugismo da fala tende a criar certas diferenciações estruturais, que o ensino escolar procura por sua vez trazer à disciplina. Tanto na língua oral como na literária, entretanto, tem de haver uma deriva comum, entendido o termo no sentido sapiriano. Do contrário, cria-se a dualidade de língua e dá-se uma cisão lingüística, que torna a língua literária, pouco a pouco, artificial e inadequada para a própria expressão da vida cultural, que é o seu objeto.

Daí, a necessidade de uma "política" delicada e flexível para a orientação da língua literária. A realidade oral tem de estar sempre nela presente e ela tem de acompanhar, embora um pouco à distância, a linha central da evolução que ali se processa.

2. A unidade da língua

Num caso como o do Brasil, surge o receio dessa "política" concorrer para uma cisão entre as duas nações de língua portuguesa.

Daí uma reação violenta da norma literária contra a língua oral cotidiana. É o que está no âmago de uma orientação classicista, ou lusófila em sentido lato, pondo-se em segundo plano a realidade oral brasileira.

A solução, entretanto, tem de ser muito outra.

Em cada nação, a norma literária tem de acompanhar as linhas gerais da fala cotidiana e sobre elas construir os seus padrões escritos. Do contrário chega-se a uma dualidade lingüística ainda mais perturbadora, dentro de cada nação, entre a língua oral e a língua literária. Isso importa em reconhecer que a norma lingüística não pode ser inteiriça e una para aquém e além Atlântico. Deve existir uma norma geral, mas flexível e cambiante, recobrando duas subnormas — a européia e a americana. É o que reivindicava, ainda no século passado, para a língua de Espanha e as das variadas nações espanholas da América, ANDRÉS BELLO em sua preciosa Gramática de la Lengua Castellana: "Chile y Venezuela" — proclamava êle — "tienen tanto derecho como Aragón y Andaluzia para que se toleren sus accidentales divergencias, cuando las patrocina la costumbre uniforme y auténtica de la gente educada" (Bello-Cuervo 1943, IX).

Alhures já expus a situação em termos que continuam a me parecer exatos (Camara 165, 107-118). O resumo é que podemos dizer que o português do Brasil apresenta, em cotejo com o português de Portugal, uma série de aspectos muito distintos, que exige uma análise cuidadosa. De um ponto de vista geral, trata-se de duas nações de uma língua única, entendida a unidade lingüística como a coincidência de oposições lingüísticas fundamentais. Por outro lado, é preciso fazer a distinção entre a ex-

pressão regional espontânea e a língua escrita e literária. Quanto à primeira, há, tanto no Brasil como em Portugal, uma rede de falares regionais, mas numa divisão Brasil-Portugal com dois dialetos supra-regionais, que se pode considerar como o dialeto brasileiro e o lusitano. Para a língua escrita e literária, impera uma norma elástica, que permite certos traços específicos para o Brasil. A verdadeira tendência não é aqui o advento de uma nova língua literária, construída sobre a língua coloquial brasileira, exclusivamente, mas no sentido de um compromisso, por meio do qual a língua literária do Brasil fica intimamente associada à de Portugal e serve de ponte de ligação entre os dois grandes dialetos, sem perder contacto apesar disso com a língua oral coloquial dos dois países.

É claro que a manutenção desse estado de coisas por um tempo que pode ser indefinido depende também, em parte, de certas atitudes conscientes numa e noutra nação. Pode-se obter voluntariamente, por exemplo, a unidade nas terminologias técnicas, o que por enquanto não está acontecendo. Também se pode chegar à unidade da teoria gramatical e da nomenclatura gramatical para base do estudo e do ensino da língua literária. Igualmente se pode dar as mesmas soluções normativas a certos problemas de centrifugismo popular, comuns às duas nações, como a invariabilidade do verbo conjugado à partícula **se** para indicar ausência de agente ou a regulamentação do emprêgo do infinitivo com desinências de pessoa.

Um aspecto da língua literária que assim depende da vontade de um acôrdo, plenamente possível, é o da ortografia. Tal acôrdo falhou até agora, por causa de certos preconceitos em matéria de sistema gráfico. A concepção estritamente fonética de GONÇALVES VIANA precisa ser superada no sentido da concessão de certa autonomia da escrita em face da fonética e mesmo da fonologia. Não é necessário, e até em princípio não é conveniente, que a letra seja a contraparte rigorosa de um fonema e, muito menos, de uma variante posicional. Se se compreender que um sistema gráfico não é uma transcrição fonética, muitos embaraços serão removidos para a unidade da grafia entre o Brasil e Portugal. Na língua literária pode haver uma unidade de grafema acima de certas divergências fonológicas e mesmo de certas divergências de fonemas. O uso de sinais diacríticos, por exemplo, um dos pontos nevrálgicos do problema, parte de um critério foneticista estrito e deve sofrer uma revisão em termos mais propriamente de língua escrita, que permitirá uma solução comum.

Mais, porém, do que por decisões oficiais e prescritivas se pode obter tudo isso por colaboração e intercurso espontâneo entre os estudiosos e os centros universitários dos dois países.

3. O ensino da língua portuguesa no Brasil

Todos os problemas referentes à língua literária estão menos ou mais ligados ao ensino escolar. Trata-se de uma língua "adquirida", e não de uma língua "transmitida", no sentido de BALLY (Bally 1921, 183 ss.). É o ensino escolar que assegura uma aquisição regular, gradativa e metódica.

Das páginas precedentes ressalta indiretamente o reconhecimento de que esse ensino tem sido, de maneira geral, um tanto precário e insatisfatório, desde o passado até hoje.

Pode-se apontar de início alguns defeitos, logo evidentes. Insiste-se em questões secundárias e que decorrem de outras, deixadas omissas, como a correção ortográfica, as regras, em grande parte estilísticas, de concordância e regência, o purismo muitas vezes arbitrário na seleção lexical. Toma-se para base do ensino, nas antologias, a língua da literatura, e não a língua literária em sentido lato (que aqui definimos preliminarmente), sem se atentar que na literatura a língua entra como fator estético e as soluções lingüísticas, que aí se encontram, são por isso inadequadas não poucas vezes ao uso corrente. Desde o começo do ensino insiste-se em aspectos literários extralingüísticos, como os da história literária, canalizando-se o interesse do estudante num sentido que o desvia da língua escrita e formal em sua aceção ampla.

A falha fundamental, entretanto, imanente no âmago do problema, está na ausência de uma teoria gramatical adequada.

Em seu lugar, estabeleceu-se uma gramática prescritiva e arbitrária, que é a bem dizer negativa. A reação natural contra ela se manifestou, porém, também negativamente, pelo abandono do ensino gramatical metódico. No período presente, firmou-se uma técnica de "ensino sem gramática", que os programas oficiais de 1942, para o curso secundário, estabeleceram taxativamente nos primeiros anos do curso, com o processo de explicações gramaticais salteadas e ocorrentes a propósito da leitura antológica.

Foi também uma reação a introdução da gramática histórica no curso secundário, que já citamos de espaço. Tal como era e, ainda hoje, é infelizmente entendida, a gramática histórica é a subversão do aprendizado gramatical. Na sua concepção correta, de estudo diacrônico entre duas sincronias, escapa do ensino de 2.º grau. O seu lugar é no ensino universitário.

A "análise sintática", nos moldes lógico-semânticos em que é feita, igualmente não substitui a teoria gramatical. É uma ilusão imaginar que com isso se dá ao estudante o domínio da língua escrita. Fora de tais moldes, como análise formal dos constituintes frasais, não é mais do que uma parte básica da teoria gramatical, por desenvolver dentro desta.

A teoria gramatical tem de ser a essência do ensino escolar da língua materna. Só ela é que dá a compreensão sincrônica do sistema, para possibilitar o manuseio seguro desse sistema no tipo de língua "adquirida", que é a língua literária.

E' auspicioso visualisarmos nitidamente o âmago de um problema.

E' desconfortante, por outro lado, sabermos quão longe estamos ainda da sua solução. O caminho para ela está no ensino universitário. E' aí que se têm de desenvolver as bases de uma teoria gramatical adequada para a língua portuguesa.

O grande interêsse superior da "comunidade luso-brasileira", para usarmos um **slogan** que em matéria de língua pode ser muito mais do que isso, é que haja nesse sentido uma compreensão mútua e o intercâmbio íntimo entre os estudiosos e os centros universitários do Brasil e de Portugal. Os "Colóquios de Estudos Luso-Brasileiros" não terão sido debalde, se propiciarem e facilitarem substancialmente êsses contactos em relação à língua comum.

REFERÊNCIAS

- Manuel Said Ali, Gramática secundária da língua portuguesa, 3.^a ed., São Paulo, s. d. — Idem, Gramática histórica da língua portuguesa, São Paulo (1931) — Idem, Dificuldades da língua portuguesa: estudos e observações, São Paulo, 1930 — Idem, Dificuldades da língua portuguesa: estudos e observações, 5.^a ed., São Paulo, 1957 — Idem, Gramática histórica da língua portuguesa, 3.^a ed., São Paulo, 1964 — Amadeu Amaral, O dialecto caipira, São Paulo, 1920 — Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de língua falada no teatro, Rio de Janeiro, 1958 — Alexander Bain, Logique déductive et inductive, tr. fr., Paris, 1875 — Charles Bally, Le langage et la vie, Paris, 1921 — Idem, Linguistique générale et linguistique française, Bern, 1944 — Rui Barbosa, Réplica (à Defesa da redação do Código Civil) vol. XXIX, tomos II, III, das Obras completas de Rui Barbosa, ed. Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1955 — Mario Barreto, Estudos da língua portuguesa, com uma carta de João Ribeiro, Rio de Janeiro, 1903 — Idem, Factos da língua portuguesa, Rio de Janeiro, 1916 — Idem, Novos estudos da língua portuguesa, Rio de Janeiro, 1921 — Idem, De gramática e de linguagem, 2 vols., Rio de Janeiro, 1922 — Idem, Novíssimos estudos da língua portuguesa, Rio de Janeiro, 1924 — Idem, Através do Dicionário e da Gramática, Rio de Janeiro, 1936 — Andrés Bello y Rufino José Cuervo, Gramática de la lengua castellana, ed. Anaconda, Buenos Aires, 1943 — J. Mattoso Camara Jr., Para o estudo da fonêmica portuguesa, Rio de Janeiro, 1953 — Idem, "Gonçalves Viana and the phonic sciences", For Roman Jakobson on his sixtieth birthday, The Hague, 1956 — Idem, "As idéias gramaticais de João Ribeiro", Letras, 12, Curitiba 1961 — Idem, "Línguas européias de Ultramar: o português do Brasil", Revista do Livro, 27/28, Rio de Janeiro, 1965 — Idem, "Brazilian linguistics", Current trends in linguistics, 4, Ibero-American and Caribbean linguistics, edited by Thomas A. Sebeok, The Hague, 1968 — Idem, Dicionário de filologia e gramática, referente à língua portuguesa, 3.^a ed., Rio de Janeiro (1969) — 1.^o Congresso da língua nacional cantada, Normas para a boa pronúncia da língua nacional no canto erudito, São Paulo, 1937 — 1.^o Congresso Brasileiro de etnografia e dialectologia, Pôrto Alegre, 1958 — Pereira da Costa, Vocabulário pernambucano, Re-

cife, 1937 — Ismael da Lima Coutinho, Gramática histórica, 4.^a ed., Rio de Janeiro, 1958 — Celso Ferreira da Cunha, O cancionero de Joan Zorro, Rio de Janeiro, 1949 — Idem, O cancionero de Martin Codax, Rio de Janeiro, 1956 — Sílvio Elia, O problema da língua brasileira, Rio de Janeiro, 1940 — Idem, ibidem, 2.^a ed., 1961 — Idem, Ensaio de filologia, Rio de Janeiro, 1963 — Jesus Bello Galvão, Subconsciência e afetividade na língua portuguesa, Rio de Janeiro, 1954 — Rodolfo Garcia, Dicionário de brasileirismos, peculiaridades pernambucanas, Rio de Janeiro, 1915 — Alfredo Gomes, Gramática portuguesa, 16.^a ed., Rio de Janeiro, 1915 — Robert A. Hall Jr., "The units phonemes of Brazilian Portuguese", *Studies in Linguistics*, I, 15, 1943 — Idem, "Occurrence and orthographic representation of phonemes in Brazilian Portuguese", *Studies in Linguistics*, II, 1, 1943 — Brain Head, A comparison of the segmental phonology of Lisbon and Rio de Janeiro, Austin, 1964 — Charles Hockett, A course in modern linguistics, New York, 1958 — Antônio Houaiss, Tentativa de descrição do sistema vocálico português culto na área dita carioca, Rio de Janeiro, 1958 — Idem, Introdução ao texto crítico das Memórias Póstumas de Brás Cubas de Machado de Assis, IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, Bahia, 1959 — Cândido Jucá (Filho), O factor psicológico na evolução sintáctica, Rio de Janeiro 1953 — Armando de Lacerda e Nelson Rossi, "Particularidades fonéticas do comportamento elocucional do falar do Rio de Janeiro em confronto com o português normal de Portugal", *Revista do Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra*, 4, Coimbra, 1958 — Carlos Henrique da Rocha Lima, Teoria da análise sintáctica, 3.^a ed., Rio de Janeiro, 1956 — Lusíadas, edição escolar, ed. A. Nascentes, Rio de Janeiro, 1930 — Lusíadas comentados, por Otoniel Mota, 13.^a ed. (póstuma), São Paulo, 1963 — Maximino Maciel, Gramática descritiva, 10.^a ed., Rio de Janeiro, 1926 — Augusto Magne, A demanda do Santo Graal, reprodução fac-similar e transcrição crítica do código 2594 da Biblioteca Nacional de Viena, vol. I, Rio de Janeiro, 1955 — Mario Marroquim, A língua do Nordeste (Alagoas e Pernambuco), São Paulo, 1934 — Gladstone Chaves de Melo, A língua do Brasil, Rio de Janeiro, 1943 — Idem, "Apêndice, introdução e notas" a José de Alencar, lenda do Ceará, Rio de Janeiro, 1948 — John Stuart Mill, *Système de logique déductive et inductive*, tr. fr., 2 vols., Paris, 1966 — Clóvis Monteiro, A linguagem dos cantadores segundo textos coligidos e publicados por Leonardo Mota; contribuição para o estudo do português popular no norte do Brasil, Rio de Janeiro, 1933 — Otoniel Mota, O meu idioma, 2.^a ed., São Paulo, 1917 — Idem, Lições de português, 4.^a ed., São Paulo, 1926 — Idem, As Geórgicas de Virgílio, tradução de Antônio Feliciano de Castilho, com anotações de . . . , São Paulo, 1930 — Antenor Nascentes, O linguajar carioca em 1922, Rio de Janeiro, 1922 — Idem, O idioma nacional, Rio de Janeiro, 1928 — Idem, Dicionário etimológico da língua portuguesa, Rio de Janeiro, 1932 — Idem, O idioma nacional, vol. 4, gramática histórica, Rio de Janeiro, 1933 — Idem, O idioma nacional, São Paulo, 1938 — Idem, Estudos filológicos, Rio de Janeiro, 1939 — Idem, O linguajar carioca, 2.^a ed., Rio de Janeiro, 1953 — Nomenclatura gramatical brasileira, ed. CADES, Rio de Janeiro, 1958 — José Oiticica, Estudos de fonologia, Rio de Janeiro, 1916 — Idem, "Teoria dos complementos", *Miscelânea de estudos em honra de Manuel Saïd Ali*, Rio de Janeiro, 1938 — Idem, Manual de análise, 6.^a ed., Rio de Janeiro, 1942 — Idem, Roteiros de fonética fisiológica, técnica do verso e dicção, Rio de Janeiro, 1955 — Afrânio Peixoto, Camões médico ou a medicina dos Lusíadas, Rio de Janeiro, 1927 — Afrânio Peixoto e Pedro A. Pinto, Dicionário dos Lusíadas, Rio de Janeiro, 1924 — Silva Ramos, "Em ar de conversa", *Revista de Cultura*, 1, Rio de Janeiro, 1927 — Ernesto Carneiro Ribeiro, Serões gramaticais ou Nova gramática portuguesa, Bahia, 1915 — João Ribeiro, Dicionário gramatical, 3.^a ed., Rio de Janeiro, 1906 — Idem, Gramática portuguesa, curso superior, 20.^a ed., Rio de Janeiro, 1923 — Curiosidades verbais, São Paulo, 1927 — Idem, A língua nacional, notas aproveitáveis, 2.^a ed., São Paulo, 1933 — Idem, Frases feitas, estudo conjetural de locuções, ditados e provérbios, com uma introdução de Joaquim Ribeiro, 2.^a ed. (póstuma),

Rio de Janeiro, 1960 — Nelson Rossi, Atlas prévio dos falares baianos, Rio de Janeiro, 1963-5 — Felipe Franco de Sá, A língua portuguesa, dificuldades e dúvidas, Maranhão, 1915 — Serafim da Silva Neto, Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil, Rio de Janeiro, 1950 — Idem, História da língua portuguesa, Rio de Janeiro, 1952 — Idem, A santa vida e religiosa conversação de Frei Pedro, porteiro do Mosteiro de São Domingos em Évora, edição fac-similada do único exemplar conhecido, acompanhada de transcrição, introdução e notas por . . ., Rio de Janeiro, s. d. — Idem, Textos medievais portugueses e seus problemas, Coleção de estudos filológicos da Casa de Rui Barbosa, 2, Rio de Janeiro, 1956 — F. Sousa da Silveira, A língua nacional e seu estudo, Rio de Janeiro, 1921 — Idem, Lições de português, edição melhorada, Rio de Janeiro, 1937 — Idem, "Anotações" em Trechos Seletos, Rio de Janeiro, 1937 A — Idem, Obras completas de Casimiro de Abreu, organização, apuração do texto, escôço biográfico e notas por . . ., Rio de Janeiro, 1940 — Idem, Textos Quinhentistas, Rio de Janeiro, 1945 — Antonio Joaquim de Macedo Soares, Dicionário brasileiro da língua portuguesa, elucidário etimológico-crítico das palavras e frases que, originais do Brasil, ou aqui populares, se não encontram nos Dicionários da língua portuguesa, ou nêles vêm em forma ou significação diferente, Rio de Janeiro, 1888 — José Leite de Vasconcelos, Opúsculos, vol. I, Filologia, parte II, Coimbra, 1928.